

**ATA**

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. ---- Não compareceram as Vereadoras Paula Cristina dos Santos Oliveira e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador António Monteiro de Castro – Solicitou esclarecimentos acerca de um assunto aprovado na anterior reunião de Câmara e que dizia respeito à desafetação de uma parcela de terreno com a área de 54,74m², situada na rua de S. Cristóvão, da freguesia de Brito, cedida ao domínio público no âmbito do processo de obras licenciado pelo Alvará nº 1336/96. Disse que a proposta então apresentada ao executivo camarário referia não haver inconveniente na desafetação do domínio público da referida parcela de terreno e que, conforme simulação efetuada, o valor patrimonial tributário do indicado terreno era de €1.110,00. Referiu, na data, que o valor que se propunha para base de venda era desajustado, por ser baixo, tendo sido explicado que tal resultava do critério utilizado pelas Finanças para cálculo do valor

tributário. Recordou o voto contra dos Vereadores eleitos pelo PSD/CDS-PP por ter sido entendido que a proposta não estava ajustada ao que deveria ser a salvaguarda do interesse público. Tendo o assunto sido retirado na última Assembleia Municipal por solicitação do Presidente da Câmara, perguntou qual a razão que esteve subjacente a esta decisão. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – a) - Disse querer novamente referir um assunto que aqui já abordou duas vezes, designadamente quanto à fiscalização, por parte dos membros dos órgãos municipais eleitos, à atividade desenvolvida pela Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Numa alusão à proposta aprovada na reunião de 11 de junho de 2015, lembrou que o Presidente da Câmara havia prometido averiguar dessa possibilidade, recordando que ao tempo os Vereadores eleitos pelo PSD/CDS-PP aprovaram a proposta na condição de serem alterados os estatutos, se fosse legalmente possível, para que deles passasse a constar aquela possibilidade de fiscalização. Continuou, referindo que, mais tarde, foi solicitado parecer jurídico, tendo o Advogado Dr. Luís Teixeira e Melo se pronunciado no sentido de tal alteração ser legalmente possível. De seguida, fez a leitura, em voz alta, da resposta do Presidente da Câmara a uma interpelação sua na reunião de Câmara de 15 de outubro de 2015 sobre este mesmo assunto e constante da respetiva ata, que a seguir se transcreve: *“Disse que os Estatutos da Associação para o Desenvolvimento Sustentável, com sede no Laboratório da Paisagem, seriam alterados, concordando com a argumentação do Vereador André Coelho Lima”*. Finalizou, referindo que, passado um ano após a aprovação da criação da Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, o compromisso do Presidente da Câmara para com os Vereadores eleitos pelo PSD/CDS-PP ainda



não se concretizou; **b)** – Referiu a recusa de visto do Tribunal de Contas ao processo de constituição do Centro de Ciência Viva, perguntando qual o argumento do recurso interposto e como tem aquele serviço funcionado, tendo em conta que não está permitida a transferência de verbas para aquela associação. -----

3 – Vereador Ricardo Araújo – Recordou um assunto abordado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na última sessão da Assembleia Municipal e que tem que ver com a adjudicação recente, por ajuste direto, de material de construção à empresa Nicolau & Macedo, entidade que, em março último, foi identificada como autora de uma descarga poluente registada no Rio Ave. Recordou a reação, ao tempo, do Presidente da Câmara àquele atentado ambiental, tendo condenado veementemente aquele facto imputado à empresa já referida e acrescentado que a ocorrência deveria ter a devida consequência. Continuou, referindo que, no passado dia 1 de junho, a Câmara Municipal adjudicou, por ajuste direto, materiais de construção àquela mesma empresa. Disse, ainda, que como não se trata de concurso público mas sim de procedimento por ajuste direto, que permite escolher as entidades que se convida, não compreendia como é que esta entidade era consultada para apresentar proposta de fornecimento de materiais. Por último, disse condenar politicamente esta atuação da Câmara Municipal acrescentando ainda ter muitas dúvidas sobre a argumentação que o Presidente da Câmara apresentou na Assembleia Municipal a este respeito.-----

4 – Vereador José Torcato Ribeiro – **a)** – Referiu, também, dúvidas sobre a questão da recusa de visto do Tribunal de Contas ao processo de constituição do Centro de Ciência Viva, perguntando qual será a atuação da Câmara Municipal nesta matéria; **b)** – Quis saber a posição da Câmara Municipal sobre a

decisão do Ministério do Ambiente relativa ao empreendimento da Penha dedicado a eventos tendo recordado a votação, por unanimidade, em reunião de Câmara, da alteração simplificada da delimitação de Reserva Ecológica Nacional na zona onde estão instalados os referidos equipamentos no sentido de tornar viável o licenciamento aquele empreendimento; **c)** – Disse ter sido verificada uma descarga na ribeira do Salgueiral no passado dia 20 de junho, perguntando se já foi identificado o seu autor. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Disse ter requerido ao Presidente da Assembleia Municipal para retirar da ordem de trabalhos da última sessão deste órgão o ponto relativo à desafetação da parcela de terreno situada na rua de S. Cristóvão, da freguesia de Brito, não pelo valor ou por não ter interesse a desafetação, mas porque entendeu que se devia aguardar pela demolição da edificação ali existente de modo a que o terreno fique liberto; **b)** – Sobre a Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, disse que a alteração seria feita oportunamente. Ainda sobre este assunto, aproveitou para informar que foi referido pelo Conselho Consultivo para a Capital Verde Europeia que o trabalho que ali está a ser desenvolvido é excecional; **c)** – Relativamente à recusa de visto do Tribunal de Contas ao processo de constituição da Associação do Centro de Ciência Viva de Guimarães disse que entregaria aos Vereadores uma cópia do respetivo recurso apresentado junto do Tribunal de Contas. Disse, ainda, que a Universidade do Minho, através do IDEGUI, é a entidade que está a sustentar o Centro de Ciência Viva, sublinhando o sucesso do “Curtir Ciência” – Centro de Ciência Viva de Guimarães; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse ter já referido, em sede de Assembleia Municipal, que qualquer empresa que polua linhas de água de forma recorrente,



cometendo reiteradamente crimes ambientais, deve ser encerrada. Disse, ainda, que o que aqui se passou é que estas empresas, estando a laborar, podem concorrer a concursos públicos da Câmara Municipal e deles saírem vencedores, sendo que não é a Câmara Municipal que decide pelo seu funcionamento mas antes entidades como a Agência Portuguesa para o Ambiente ou os Tribunais. Informou que nos serviços da Câmara Municipal existe um ficheiro sobre os fornecedores onde são anotados os seus incumprimentos em relação à qualidade, quantidade ou prazos estabelecidos, sendo que a ficha correspondente à empresa Nicolau & Macedo não apresenta qualquer incumprimento. Disse, ainda, que os serviços técnicos que propõem os fornecedores são independentes e por isso apresentam as propostas com isenção, não podendo o Presidente da Câmara rejeitar a proposta apresentada pelos serviços técnicos sem um fundamento objetivo;

e) - Sobre o ao empreendimento da Penha, disse que o procedimento simplificado aprovado em Câmara e Assembleia Municipal está a tramitar na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDRN, não tendo o despacho do Ministério do Ambiente atendido àquela deliberação de desafetação de reserva ecológica. Disse, ainda, estar disponível para diligenciar junto daquela entidade, bem como do Ministério do Ambiente para a defesa da instalação deste equipamento que a seu ver contribui para a preservação e a valorização ambiental da Penha, pelo que do resultado destas diligências dará conhecimento ao executivo camarário; **f)** - Disse concordar com a preocupação manifestada pelo Vereador José Torcato Ribeiro quanto à descarga na ribeira do Salgueiral. -----

-----INFORMAÇÕES-----

1. O Presidente da Câmara informou que o Primeiro-Ministro vai

presidir à sessão solene das comemorações do 24 de Junho, Dia Um de Portugal. -----

2. Informou que a próxima reunião de Câmara, agendada para 7 de julho, será descentralizada, realizando-se na União de Freguesias de Arosa e Castelões, considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2016. Foi dispensada a leitura

da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Ricardo Araújo não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL 2016 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação:

“Por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 23 de abril de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 14 do mesmo mês, foram aprovados os valores relativos à repartição de encargos da obra em epígrafe - rubrica 3.3.1.1.03 - da seguinte forma: - ano de 2016 - €400.000,00 + IVA; - ano de 2017 - €2.500.000,00 + IVA. Entretanto, foi promovido o correspondente procedimento que se encontra em fase de adjudicação. Assim, com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Alexandre Barbosa Borges, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 20/06/2016, pelo preço de €2.054.959,65 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, submeto à consideração



superior a aprovação da seguinte repartição de encargos: - ano de 2016 – €1.048.087,65 + IVA; - ano de 2017 – €1.006.872,00 + IVA.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – 2016 –

ADJUDICAÇÃO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “Alexandre Barbosa Borges, S.A.”, pelo preço de €2.054.959,65 + IVA (dois milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos), sendo o prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos.” O referido relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA -

OFERTA DE BANDEIRA - Presente a seguinte proposta: “Vem a Junta de Freguesia de Guardizela solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada a ser hasteada na respetiva sede. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Junta de Freguesia de Guardizela.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BARCO - INSTALAÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO EM CAMPO DE FUTEBOL 7 –

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Barco e algumas das associações locais têm feito uma grande aposta na formação

desportiva de jovens e crianças, com destaque para do futebol, considerando a sua maior aceitação para iniciar atividade física com alguma regularidade. Para efeito, pretendem que o seu campo de futebol 7 existente no Parque de Lazer seja requalificado e equipado com relva sintética, dando maior garantia de uso, independentemente das condições meteorológicas. Para este efeito propõe-se a atribuição de um apoio de €24.600,00 à Junta de Freguesia de Barco, para proceder à instalação de um relvado sintético no campo de futebol de 7. Assim, ao abrigo da alínea j, do nº 1, do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, propõe-se que o executivo camarário delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação do respetivo apoio.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE ALDÃO - CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS DO CAMPO DE JOGOS

– Presente a seguinte proposta: “O Campo de Jogos de Aldão, propriedade da respetiva Freguesia, tem servido para responder a um conjunto de solicitações de utilização por parte de clubes desportivos locais e grupos informais, destacando-se o fomento da atividade física e desportiva que o mesmo proporciona em várias faixas etárias, desde crianças a veteranos. No sentido de corresponder a um conjunto de exigências de utilização, de segurança e de salubridade, a Junta de Freguesia, com o apoio do Município, tem vindo a assumir a melhoria e a reabilitação daquele campo de jogos, transformando-o, paulatinamente, num equipamento desportivo de excelência, pelo que se torna agora necessário e imprescindível proceder à construção de novos balneários de apoio. O custo total da referida empreitada de construção ascenderá a €156.872,04, valor que a Freguesia de Aldão, por si só, não tem



capacidade financeira de assegurar, pelo que vem solicitar apoio municipal, imprescindível à sua concretização. Assim, em razão do inquestionável interesse público de que se reveste a dotação daquele Campo de Jogos de condições de salubridade, segurança e conforto aos utentes que regularmente o utilizam, proponho que seja concedido, à Freguesia de Aldão, um subsídio de €103.910,00 (cento e três mil, novecentos e dez euros), destinado a cofinanciar a construção de novos balneários no citado Campo de Jogos. Em caso de aprovação, nos termos da alínea j, do nº1, do Art. 25º, da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, esta proposta deverá igualmente ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – AQUISIÇÃO DE TERRENO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo

Panteras de Matamá - Infantas desenvolve há décadas uma importante ação de dinamização desportiva na freguesia onde está radicado, para o que utiliza o seu campo de futebol, um equipamento desportivo hoje dotado de todas as valências necessárias para a prática desportiva regular, e que vem sendo utilizado igualmente por outras entidades. Face à disponibilidade do proprietário do terreno onde está implantado o referido campo de jogos em vendê-lo à Freguesia de Infantas, esta manifesta interesse na transação, atendendo à estabilidade que a mesma representaria para o desenvolvimento futuro do Grupo Desportivo Panteras de Matamá, que continuaria a ser o principal utente do Campo de Jogos, ao mesmo tempo que abriria outras possibilidades de utilização do campo por parte da comunidade. Face ao exposto, proponho a atribuição de um subsídio de €60.000,00 euros à Freguesia de Infantas para aquisição do

referido terreno. Em caso de aprovação, nos termos da alínea j, do nº1, do Art. 25º, da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, esta proposta deverá ser igualmente submetida à aprovação da Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS HORTOFRUTÍCOLAS A 6931 CRIANÇAS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO MATRICULADOS NOS 14 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO – Presente a seguinte informação. “Como é de conhecimento superior, pelo 7º ano letivo consecutivo o Município de Guimarães aderiu ao Regime de Fruta Escolar, programa que abrangeu uma média de 5.320 alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho e que se estendeu pela segunda vez às crianças da educação pré-escolar, num total 6.896 crianças e alunos. Assim, e considerando que: 1. compete à câmara municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, bem como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, nos termos das alíneas r) e u), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; 2. constitui uma opção estratégica do executivo camarário a adesão do Município ao Regime de Fruta Escolar, numa perspetiva de promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens, de reforço das práticas alimentares saudáveis e de combate à obesidade infantil, solicita-se despacho de autorização de compromisso para o fornecimento e distribuição de produtos hortofrutícolas a 6.948 crianças e alunos



(1.564 e 5.384, respetivamente) dos 14 agrupamentos de escolas do concelho durante o ano letivo 2016/2017, conforme caderno de encargos em anexo. O custo estimado com a aquisição destes bens é de €66.700,80, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a 2016 (11 semanas) o valor de €24.456,96 e a 2017 (19 semanas) o valor de €42.243,84. Acresce ainda que na sequência do preceituado na alínea b), do número 1, do artigo 14º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano 2015, *os compromissos plurianuais, cujos encargos não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos*, consideram-se autorizados, de forma prévia genérica, pela Assembleia Municipal. À consideração superior.” O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO Nº4/16 - ANULAÇÃO DO LOTE 2 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA ALMOÇO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, é anualmente desencadeado um procedimento concursal para aquisição de serviços de transporte escolar de alunos do 1º ciclo, que, no âmbito do reordenamento da rede escolar, quer por força do encerramento de escolas, quer pela construção de centros escolares, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino (lote 1), bem como daqueles cuja escola não dispõe de serviço de refeições (lote2). Para o ano letivo 2016/2017, está a decorrer o concurso público nº 4/16, aprovado em reunião de Câmara de 31 de março, presentemente em fase de apresentação de propostas, e que contempla o transporte para

almoço dos alunos matriculados na Escola Básica de Leitões, sendo este o único estabelecimento de ensino previsto no lote 2 do referido concurso. Acontece, porém que a DGEstE comunicou a esta Câmara Municipal, através de ofício datado de 30 de maio, o encerramento no próximo ano letivo daquela escola, pelo que o transporte para almoço previsto no referido concurso público deixa de se justificar. Assim, e perante o exposto, entendemos que deverá proceder-se à anulação do lote 2 do concurso público nº 4/16 e informar-se os concorrentes através da plataforma Vortal de tal situação, sendo que, para o efeito, o assunto deverá ainda ser presente a reunião de Câmara. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA 3/2016 – VENDA DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA, VEÍCULOS E EQUIPAMENTO DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte

informação: “De acordo com informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Espaço Público, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, é solicitada a venda de 13 viaturas abandonadas na via pública destinadas a destruição e desmantelamento qualificado. É também proposta pela referida Divisão a alienação dos seguintes bens: 1. Veículos inoperacionais – veículos que não têm condições de segurança para a circulação na via pública, tendo sido imobilizados ou utilizados como “banco de peças” para veículos de iguais características ainda ativos; 2. Veículos irreparáveis – veículos que, decorrente do seu estado de conservação e nível de serviço que poderiam assegurar, não justificam o dispêndio de recursos financeiros na sua reparação; 3. Equipamento - cisterna que decorrente do seu estado de conservação e utilização não compensa qualquer investimento que garanta a sua



operacionalidade. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública de 13 viaturas abandonadas na via pública, 3 viaturas e 1 equipamentos do Município, devendo o respetivo regulamento, cuja minuta se junta em anexo, ser submetido a aprovação da Câmara Municipal.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - APOIO AO PROJETO EDUCATIVO DESTINADO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

– AGRUPAMENTO JOÃO DE MEIRA – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do projeto educativo destinado aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, que tem em vista a promoção de atividades e experiências educativas diferenciadas e que contribuam para o desenvolvimento global dos alunos, o Agrupamento João de Meira programou a realização de uma visita de estudo à cidade de Roma e Estado do Vaticano no período de 28 de junho a 1 de julho. Para concretização desta atividade, observou-se o elevado envolvimento da comunidade educativa na realização de eventos vários de angariação de fundos, de forma a possibilitar a estes alunos uma experiência de integração, no seio das suas características individuais e na sua inclusão na comunidade escolar e comunidade alargada. Esta mobilização permitiu a obtenção da verba necessária para apoio as custos de deslocação e alojamento no local de destino, contudo, verificando-se algumas dificuldades socioeconómicas no seio das famílias destes alunos e não dispondo a escola de meios para suportar o custo com o transporte destes alunos até ao aeroporto de Lisboa no dia da partida e da sua recolha na chegada, vem a escola solicitar o apoio da Câmara Municipal para este efeito. Não tendo a

autarquia, para as datas pretendidas, disponibilidade para a cedência de transporte pelos meios próprios e considerando que estas atividades constituem fatores importantes de inclusão das crianças que requerem cuidados específicos, propõe-se, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja submetida à aprovação da Câmara Municipal uma proposta para atribuição de um apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais da Escola João de Meira, destinado a compartilhar os custos de aluguer de transporte para as deslocações ao aeroporto de Lisboa, que importam no montante de €800,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – MAIO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL - PAGAMENTO ANTECIPADO – RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente Amadeu Portilha, sobre o assunto mencionado em epígrafe, que a seguir se transcreve: “Em reunião



realizada em 4 de fevereiro último, a Câmara Municipal deliberou aprovar a celebração de um protocolo com a Associação Norte Cultural, visando a apresentação de concertos formais e pedagógicos pela Orquestra do Norte no Concelho. A minuta do referido protocolo, aprovada na mesma ocasião, estabelecia que o Município participaria no custo de funcionamento da Orquestra, para a realização da programação objeto do mesmo protocolo, com o valor global de €57.000,00, a liquidar nas seguintes prestações: a) €22.800,00 no ato da celebração do protocolo; b) O remanescente do preço, em 10 prestações mensais e sucessivas de €3.420,00 cada, vencendo-se a primeira em março de 2016 e as restantes em igual dia de cada um dos meses subsequentes. Sucede, porém, que as graves dificuldades de tesouraria que a Associação Norte Cultural enfrenta presentemente reclamam um esforço dos diversos Municípios constituintes da Associação e das restantes entidades financiadoras no sentido de antecipar os respetivos pagamentos, independentemente da sua natureza, única forma de assegurar o cumprimento de compromissos financeiros prementes, designadamente em matéria salarial. Deste modo, determino: 1) O pagamento imediato, numa única prestação, do remanescente do montante aprovado em 4 de fevereiro último que ascende, na presente data, aos €23.940,00; 2) A submissão do presente despacho à próxima reunião de Câmara, para ratificação."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por pertencer aos órgãos sociais da Associação. ---

DESPORTO - GDRC SANDE SÃO MARTINHO "OS SANDINENSES" - OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta: "Vem o Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Sande São Martinho "Os Sandinenses" solicitar a cedência de uma

bandeira do Município com vista à participação do seu clube de futebol num torneio a realizar em Vila Real de Santo António. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município ao Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Sande São Martinho "Os Sandinenses". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

DESPORTO – CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES – APOIO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: "O Centro Social Cultural e Desportivo de Silvares é uma associação eclética e polivalente, com destaque para a componente desportiva. O seu espaço desportivo já tem mais de vinte anos e, especialmente, a vedação necessita urgentemente de ser substituída de modo a reunir as condições necessárias à prática desportiva, conforme foi manifestado pela instituição em ofício que nos foi dirigido. Neste sentido, o Departamento de Obras Municipais elaborou orçamento tendo em vista uma intervenção neste espaço, designadamente a recuperação da rede envolvente, que se encontra degradada, estando muitos dos seus apoios corroídos pelo desgaste do tempo, cujo montante importa em cerca de €5.000,00 (com IVA incluído). Assim, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de €5.000,00 (cinco mil euros) ao Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – UNIÃO CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE GUARDIZELA – TROFÉUS – Presente a seguinte proposta: "A secção desportiva de golfe da União Cultural Desportiva e



Recreativa de Guardizela levará a cabo um torneio de Golfe "Pitch & Putt" no próximo dia 24 de junho, associando-se à data em que se celebra a Batalha de S. Mamede, pelo que vem solicitar cinco troféus, destinados aos primeiros classificados do referido torneio desportivo. Assim, estando o clube inscrito no Registo Municipal de Associações Desportivas de Guimarães, proponho, ao abrigo do respetivo regulamento, a oferta dos referidos troféus."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Luís Mendes da Silva**, residente em Serzedelo, que voltou a trazer o assunto da sua habitação que continua sem ter abastecimento público de água. Fez um histórico do seu processo, recordando que comprou o terreno no ano de 1977, onde existia um caminho público que veio a ser apropriado por um privado ao adquirir um terreno contíguo. Disse ter em seu poder uma licença emitida pela Câmara Municipal que deveria garantir o abastecimento público de água. -----

Sobre a intervenção, o Presidente da Câmara disse que diligenciará no sentido de perceber o que será possível fazer sobre este assunto. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----